



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Parecer nº 117/2017

Assunto: Análise do PL 83/2017 que dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para a exploração do serviço de transporte motorizado privado remunerado de passageiros, exclusivamente por meio de plataforma tecnológica.

Autor: Executivo

Interessado(s): Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE USO DO VIÁRIO URBANO PARA EXPLORAÇÃO DE TRANSPORTE MOTORIZADO PRIVADO REMUNERADO POR MEIO DE PLATAFORMA TECNOLÓGICA. PROJETO-LEI PROVENIENTE DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.

I. Relatório

Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade do PL supracitado.

Atendidos os requisitos regimentais, situa-se, a proposição, em condições de análise. É o que basta relatar, isto posto, passa-se a fundamentar.

II. Observações

Cumpre, preliminarmente, salientar aspectos a serem observados junto ao presente PL.

O parágrafo único do art. 1º dispõe:

*Parágrafo único. Considera-se serviço de transporte motorizado privado remunerado de passageiros, aquele realizado em viagem individualizada, executado por automóvel particular com capacidade **para até 7 (sete) pessoas**, inclusive o condutor, e solicitado exclusivamente por meio de plataforma tecnológica.*



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Ocorre que ao dispor sobre o sistema de divisão de corridas, previsto no art. 4º, o exposto no § 2º não contemplou hipótese prevista no parágrafo único do art. 1º supracitado, isto é, não previu a possibilidade de divisão de corridas para veículos maiores, verificando, portanto, tratamento desigual nesse aspecto.

Dispõe o § 2º, do art. 4º:

§ 2º As corridas divididas ficam limitadas a um máximo do total da capacidade total do veículo de 3 (três) passageiros mais o motorista, se deslocando concomitantemente, por veículo.

Em que pese esta Procuradoria estar ciente da discricionariedade conferida ao gestor na elaboração das leis, sobretudo quando se tratar de matéria exclusiva ao Chefe do Poder executivo, não cabe a esse órgão furtar-se do dever de apontar dispositivos que poderão incorrer em futuras celeumas.

Por fim, verifica-se ainda que há dispositivos que poderão gerar sérias dúvidas na aplicação da lei, cite-se *in verbis*:

Art. 9º Para o cadastramento dos autorizatários junto às OTTCs, deverão ser satisfeitas as seguintes condições:

§ 4º É vedada a condução de veículo cadastrado para prestar o transporte motorizado privado remunerado de passageiros por pessoa diferente daquela que cadastrá-lo.

§ 7º Poderá ser utilizado veículo, cujo proprietário seja outro, desde que, de pessoa física e mediante contrato ou comodato assinado em cartório.

III. Fundamentação jurídica

Demais disso, o Projeto-Lei em cena, oriundo do Poder Executivo, almeja dispor sobre o uso intensivo do viário urbano municipal com a devida exploração do serviço de transporte motorizado privado remunerado de passageiros, através de plataforma tecnológica.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

A proposição encontra-se em consonância com:

- *Constituição da República (Art. 61, § 1º, II, "b" c/c Art. 84, III e VI, "a");*
- *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (art. 60, II, "d" c/c Art. 82, VII);*
- *Lei Orgânica Municipal (Art. 59, III, X).*

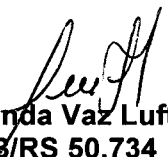
IV. Conclusão

Diante do todo exposto, relativamente ao aspecto jurídico, entende-se ser, o PL 83/2017, perfeitamente Constitucional e Legal.

Destarte, encaminha-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (COJUR), nos termos do art. 69, I, do Regimento Interno para análise e deliberação.

É o parecer, cujo teor submete-se à devida consideração.

Novo Hamburgo, 25 de Julho de 2017.


Fernanda Vaz Luft
OAB/RS 50.734
Procuradora-Geral

Wedner Lacerda
OAB/RS 95.106
Procurador